

Não vejo que estejamos atravessando uma crise institucional, porque as estradas não estão interceptadas, não estão obstruídas, os bancos estão funcionando normalmente, o comércio abre e fecha nos horários, não há greve geral de trabalhadores, o Congresso está funcionando normalmente, o Judiciário e todas as instituições estão funcionando. Isso que alguns estão chamando de "turbulência" é um momento perfeitamente normal em todo voo, se quisermos usar essa metáfora aeronáutica como sendo uma viagem à vida do País. Então, acho que isso é muito bom, porque estamos crescendo como democracia. A democracia está, mais uma vez, sendo submetida a testes e, esses testes, o nosso regime, ainda tenro, está conseguindo ultrapassá-los. Transparência é muito importante. Estamos vivendo um momento muito forte de liberdade na imprensa, e é graças a essa liberdade de imprensa, que é assegurada pela democracia via Poder Judiciário, graças a isso estamos tomando conhecimento de fatos graves, e tudo que é grave há que se apurar com a mais profunda seriedade. E a apuração disso vai resultar na penalização dos responsáveis. E é pena que a nossa legislação processual dê margem a muita morosidade, e é pena também que as penas previstas sejam muito brandas, porque quem for condenado a oito anos de cadeia não vai ficar oito anos na cadeia, vai ficar só um terço de oito anos, logo vai receber uma condicional, depois de cumprir um sexto da pena, vai receber o benefício da progressão prisional e as pessoas vão ficar muito revoltadas com isso. Penso que, em se tratando de dinheiro público e de eleições, as penas deveriam ser pesadas e imprescritíveis. O crime de peculato, que é meter a mão no dinheiro público,

deveria ser imprescritível; devia ser um crime tão hediondo quanto esses outros que são classificados como hediondos: tráfico de drogas etc.

REPÓRTER - Esses fatos envolvendo o Congresso e os parlamentares estão contaminando as demais instituições do País ou não?

MINISTRO EDSON VIDIGAL - Não. Não penso que esteja contaminando. Ao contrário. Quem vê a barba do vizinho arder põe a sua de molho.

REPÓRTER - O senhor deu uma declaração nesse início de semana pedindo cautela com relação ao "episódio Severino Cavalcanti". Ministro, o senhor deu declarações, pelo menos duas importantes, chegam a provocar uma polêmica. Primeira: pediu cautela no caso Severino Cavalcanti porque está se acusando o presidente da Câmara dos Deputados. E não por isso. Sem uma prova justificada também fica difícil. A outra é que o Congresso Nacional não está investigando, apurando bem as denúncias. É isso mesmo? O senhor poderia explicar melhor isso aí?

MINISTRO EDSON VIDIGAL - Primeiro, há um princípio republicano de que todos são iguais perante a lei. E perante a lei significa que todos têm direito à ampla defesa; perante a lei significa que nenhum processo deve transcorrer sem a obediência às suas formalidades, aos seus ritos; significa o devido processo legal. Terceiro, o princípio é o da presunção da inocência, e não o da presunção da culpa. Então, em razão disso tudo que está na Constituição, que todos nós homens públicos juramos defender, cumprir e fazer cumprir, é que não podemos admitir precipitações diante de qualquer acusação que se possa fazer contra qualquer cidadão, contra qualquer pessoa do povo. Não é apenas pelo fato de ser presidente da Câmara ou presidente da República ou presidente do tribunal ou presidente de um time de futebol. Qualquer cidadão está protegido por esses princípios, por esses

valores, por esses direitos constitucionais. Então, não podemos admitir que alguém venha lá de onde quer que venha e lance uma imputação e, pelo simples fato de essa imputação ser lançada, já darmos credibilidade e, a partir daí, querermos afastar a pessoa acusada, sem que haja um indício forte. Imagina! Amanhã, um bandido está sendo processado, ele lança uma imputação contra o juiz, e o juiz é afastado! O outro cretino está sendo investigado, lança uma imputação contra o delegado da Polícia Federal, e este é afastado! O jornalista está produzindo uma matéria, e alguém diz que ele está levando grana para divulgar ou não divulgar a matéria, e ele é afastado da pauta. Então, onde vamos parar? Vamos chegar a um estado de anarquia, a um estado em que não poderemos ter, portanto, a lei, em que não poderemos ter, portanto, a ordem, as coisas organizadas.

REPÓRTER - O senhor acha que é isso que está acontecendo?

MINISTRO EDSON VIDIGAL - Acho que precisamos ter cuidado. Primeiro tem que apurar. Como diz o samba popular: primeiro tem que julgar para depois condenar. É preciso que tenhamos cautela. Não podemos permitir que o País entre nessa onda grave de denunciismo, se não isso vai virar uma Revolução Francesa, nos seus primórdios, em que o cara que inventou a guilhotina acabou sendo ele também levado para a guilhotina. E que o Robespierre, que inventou o diretório com esse julgamento, acabou ele sendo também levado. Então, não dá para isso, não. Temos que botar o pé no freio, desacelerar isso. O País precisa andar. Temos problemas seriíssimos para enfrentar no Brasil. Não podemos ficar perdendo tempo com esses leguleios de acusações e mais acusações sem nos adentrarmos na apuração séria, na apuração profunda, na apuração correta dessas eventuais denúncias para que possamos, diante dos indícios suficientes, fazer a lei, processar, condenar quem estiver devendo, quem tiver contas a ajustar com a justiça.

REPÓRTER - A propósito, Ministro, como o senhor analisa o comportamento da imprensa, hoje?

MINISTRO EDSON VIDIGAL - Acho que a imprensa, e alguns de seus setores, está meio embriagada, meio "de porre", muito alegre, muito feliz com a liberdade que durante tanto tempo lhe foi cerceada. A própria legislação que tenta impor limites aos abusos do direito de informação, essa legislação, na minha avaliação, e tenho dito isso muitas vezes, já está revogada pela Constituição a lei de imprensa, e temos que pensar em outras formas como, por exemplo, buscar punir a credibilidade do órgão ou do profissional, porque este é o seu principal capital no mercado de trabalho. São exceções que vemos aqui, acolá, mas a regra é que a mídia tem se pautado de uma forma louvável, porque o seu compromisso tem que ser com a sociedade no sentido de atender ao direito da sociedade, que é o de ser bem informada.

REPÓRTER - O senhor acha que tudo o que está acontecendo hoje aponta para a necessidade de uma reforma política?

MINISTRO EDSON VIDIGAL - É claro. Há uma necessidade, porque não adequamos ainda o nosso sistema político eleitoral às realidades nacionais, às realidades do País. Somos um País transcontinental, enorme, com 185 milhões de brasileiros, com culturas diversas, e, o que é mais grave, é que o pacto federativo centralizou demais o poder nas mãos da União e, embora as rendas da União sejam direcionadas, hoje, em maior proporção que os municípios, a União não está presente nos municípios para fiscalizar, para acompanhar a execução dessas despesas. Então, vemos aí pontas de peculato, quer dizer, um bandalho, um crime migrando para o interior do Brasil, porque no interior não tem Tribunal de Contas, não tem Ministério Público Federal, não tem Polícia Federal, não tem juiz federal; então, a grana chega lá e esse negócio de "mensalão" tem uns dois anos, julguei no STJ um

caso de uma prefeitura que o prefeito foi afastado porque não soltou a grana para os vereadores. O processo chamava-se "por fora". O "mensalão" é uma coisa mais recente. Precisamos rediscutir esse pacto federativo e, ao mesmo tempo, precisamos de uma nova justiça eleitoral, de uma nova legislação eleitoral, com punições; precisamos fazer valer o princípio da Constituição, no art. 14, que diz: as inelegibilidades...quer dizer, para o camarada ser candidato, tem que se examinar a sua vida pregressa.

REPÓRTER - Hoje, o sujeito renuncia e vai concorrer de novo.

MINISTRO EDSON VIDIGAL - Vai concorrer de novo, e a vida pregressa, que a Constituição manda que seja examinada, fica por isso mesmo. Já pensou a beleza que seria o Brasil, você ir votar na eleição sabendo que todos aqueles que estão sendo oferecidos, naquele cardápio dos partidos políticos, já tiveram sua vida pregressa examinada previamente, que são pessoas que, portanto, têm que estar um pouco mais do que você. Alguém para me representar não pode estar abaixo de mim; deve ser alguém igual a mim ou acima de mim, e, de preferência, que tenha um nível de conhecimento, de esclarecimento de preparo acima do meu para poder representar a média do eleitorado nacional. Precisamos reduzir a Câmara dos Deputados à metade - quinhentos e treze deputados é muito. Ao término do mandato de quatro anos eles ainda não se conhecem. Um colegiado constituído por quinhentos e treze deputados não anda, não funciona. Daí acabar na mão do acordo de liderança, quer dizer, as leis têm que ser editadas em nome da sociedade, e a sociedade, portanto, na democracia, é maioria. Logo, se é a maioria do povo que elegeu os representantes, estes têm que decidir, e não decidem.

Repórter - Qual seria o número ideal de parlamentares para isso?

MINISTRO EDSON VIDIGAL - Seria a metade desse número. Para que três senadores por estado? Dois seria o número ideal, oito anos de mandato para senadores é muito, seis seria o ideal. Deputado já poderia ser dois anos, porque hoje vivemos em tempo real.

Repórter - Não seriam muitas eleições seguidas, dois anos de mandato apenas...

MINISTRO EDSON VIDIGAL - Não porque na Justiça eleitoral com a urna eletrônica, ela foi pensada para funcionar a qualquer momento.

REPÓRTER - Seria voto distrital misto?

MINISTRO EDSON VIDIGAL - Sim. Seria voto distrital misto para que o eleitor ficasse marcando, como no jogo de futebol, o adversário.

Repórter - Seria financiamento público de campanha?

MINISTRO EDSON VIDIGAL - Não, porque o País enfrenta problema de caixa terrível; economizamos alguns bilhões para poder pagar os juros e daqui até o final do ano precisamos de mais um bilhão, quase dois bilhões para completar essa conta.

REPÓRTER - Não se está pagando muito juro, Ministro?

MINISTRO EDSON VIDIGAL - Paga-se. O Orçamento do próximo ano está uma loucura, dois quartos do orçamento talvez. Não confio muito em mim para essa questão de número, porque gosto sempre de ter anotado esse dado. É um hábito que adquiri como repórter de não confiar na memória e anotar tudo. Continuando, há uma desproporção muito grande no que o Orçamento tem para investimento e compromissos com a dívida. Um País que não tem dinheiro para tapar buracos de estradas, as ferrovias enferrujadas, os portos sucateados, vai ter dinheiro para pagar sete reais por

eleitor em financiamento de campanha? Isso vai eliminar caixa II? Não. E não adianta falarmos mal sem propor, sem termos uma alternativa. Temos que pensar em um sistema de incentivo fiscal para democracia. Teríamos limites para doações, e essas doações seriam feitas diretamente ao comitê dos candidatos, não haveria sigilo bancário, depositaria em uma conta, num banco oficial, ficando transparente para todos acompanharem as doações; as despesas obedeceriam um orçamento de campanha feito com acordo entre todos os partidos, e se os partidos não chegarem a um acordo, a Justiça Eleitoral então decretaria esse orçamento, orçamento setorizado, porque uma campanha em São Paulo é diferente de uma campanha no Piauí; em cada lugar se teria um orçamento como as pessoas de classe média, em que cada família, dependendo do número de membros, tem o seu orçamento familiar. Esse orçamento teria que ser obedecido, e todos teriam o direito de fiscalizar, porque haveria aí, portanto, a quebra do sigilo bancário e a transparência dessas despesas, e quem fizesse a doação - e ninguém faz nada sem interesse - teria um desconto de 50% no Imposto de Renda,; aí, sim, é um financiamento público indireto. Estou disposto a discutir essas idéias com quem queira, elas são bem maduras, até porque venho estudando essa questão já há muito tempo.

REPÓRTER - Ministro, o Conselho do Ministério Público, criado este ano, aprovou uma resolução ontem que, na minha opinião, é um exemplo, proibindo o nepotismo. Daqui a dois meses terão de ser demitidos todos os parentes até terceiro grau de procuradores, promotores de justiça e servidores do Ministério Público da União e dos Estados. Essa é uma boa medida?

MINISTRO EDSON VIDIGAL - Excelente, oportuníssima medida. Penso que o Conselho de Justiça Nacional de Justiça deva seguir, pegar a cópia dessa resolução e evitar, porque não é justo....não é justo o que ocorre no Brasil

em relação ao nepotismo, porque quanta gente capaz e que é preterida no serviço público por pessoas cujo QI, o quem indica, é o DNA.

REPÓRTER - No Legislativo e no Executivo também.

MINISTRO EDSON VIDIGAL - No legislativo principalmente. No Brasil vivemos isso, o filho do senador é deputado; o filho do deputado é deputado estadual; o filho do deputado estadual é vereador ou prefeito. Precisamos começar a investir em pessoas suficientemente preparadas para o exercício das funções públicas e não simplesmente, aceitar as chamadas vocações induzidas, como em algumas regiões do Nordeste - ah, não dá para nada então vai ser político.

REPÓRTER - Cunhado deveria ser considerado parente, não é?

MINISTRO EDSON VIDIGAL - Brizola para Presidente.

REPÓRTER - Quanto à violência no País, Ministro, o desarmamento na sua opinião contribui para diminuição da violência?

MINISTRO EDSON VIDIGAL - As estatísticas estão demonstrando que contribui, claro. Quantas vezes as pessoas não matam por impulso, por uma raiva momentânea.

REPÓRTER - Proibir venda de armas é um caminho?

MINISTRO EDSON VIDIGAL - A questão não me parece que haja uma proibição pura e simples; o que existe é um regramento para aquisição da arma ,porque as pessoas continuarão tendo direito de ter sua arma em casa para legítima defesa, mas é importante que elas sejam treinadas para o uso da arma , porque se alguém não sabe atirar, esta pessoa está sujeita a ser morta. Penso que devamos ao mesmo tempo em que regradar, estabelecer limites ao comércio indiscriminado de armas também ter medidas fortes

contra o contrabando de armas e o porte de armas pelos criminosos. Esse é que deve ser considerado crime com a pena dobrada, porque na medida em que se priva um cidadão que está na legalidade, também tenho que agir de uma forma muito eficaz, muito forte contra o crime organizado, que está muito mais bem armado do que a própria polícia.

REPÓRTER - No ano passado foi promulgada a Reforma do Poder Judiciário, ou parte dela, mas a morosidade permanece. Quando a Justiça vai se tornar um pouco mais ágil?

MINISTRO EDSON VIDIGAL - Primeiro, tão logo tomei posse no STJ, adotamos algumas providências administrativas, e, independentemente da Reforma do Poder Judiciário, essas providências já começaram a render, e hoje, posso anunciar com muito orgulho que o prazo de tramitação de um recurso especial, por exemplo, que era entre um ano e meio e dois anos no mínimo, hoje está em torno de cento e trinta, cento cinquenta dias período em que o recurso entra e sai.

REPÓRTER - É uma redução considerável de tempo.

MINISTRO EDSON VIDIGAL - Conseguimos também derrubar aquele monte de recurso especial que são idênticos, muito antes de se adotar a súmula vinculante, porque nós ainda não temos súmula vinculante, mediante acordo com a caixa econômica, no caso do FGTS, ampliamos no gabinete dos Ministros o número de servidores, disponibilizamos e com dois turnos de trabalho, passamos a ter uma produtividade em dobro. Quanto à Reforma do Poder Judiciário ontem mesmo, hoje, devo estar assinado ad referendum do Conselho da Justiça Federal uma resolução em cumprimento a Emenda 45 da Reforma do Judiciário que tinha um fundo penitenciário, o dinheiro das custas judiciais na Justiça Federal ia para um tal de fundo penitenciário para o Governo, e esse fundo penitenciário, segundo se dizia por aí, nem era

repassado aos estados, e nem o Governo Federal construía a penitenciária federal, não sei onde fica alguma penitenciária federal. Ele diluía por aí. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro conseguiu uma lei na Assembléia em que as custas passavam para um fundo e hoje o Poder Judiciário Estadual no rio de Janeiro empresta dinheiro para o próprio executivo em algumas situações. A Emenda da Reforma, Emenda 45, estabeleceu um dispositivo dizendo que essas custas se destinariam a um fundo para ser investido na modernização da Justiça. Como isso depende de lei porque não posso fazer despesa com dinheiro público, porque nesse caso trata-se de dinheiro público, porque vai para um fundo. Sem ter uma previsão legal, estou editando uma resolução autorizando os tribunais regionais federais a por a mão no dinheiro, quer dizer, a constituir uma conta específica para que esse dinheiro já comece a ser depositado logo a partir de amanhã nessas conatas, enquanto negocio com a comissão de orçamento alguma destinação de saída, ou, se não conseguir ainda em tempo, vamos trabalhar um anteprojeto de lei. Estamos avançando. É uma pena que a Reforma infraconstitucional, que são as reformas das leis ordinárias, que são muito ordinárias mesmo, estejam ainda na Câmara dos Deputados, e, em razão desse bololô todo de ocupações outras - CPIs por todo lado - a Câmara não está conseguindo se mover.

REPÓRTER - Ministro, diante desse quadro, como o Sr. vê o País, ele caminha para uma saída, as eleições do ano que vem serão mais depuradas?

MINISTRO EDSON VIDIGAL - Caminha para uma saída, serão mais depuradas, porque o povo está de olho mais aberto; marketing já não vai resolver muita coisa. O Candidato vai ter que saber falar, mostrar que tem experiência anteriores em administração, sem maquiagens. O Brasil precisa de homens públicos, que tenham os pecados como as pessoas comuns, mas

que não sejam ladrões; ignorantes; analfabetos, tenham espírito público, que tenham experiência de trabalho e que gostem de fazer as coisas. O poder existe para que as pessoas possam com ele fazer o bem,;ninguém busca o poder para fazer o mal. As pessoas querem isso, querem ver nos homens públicos pessoas iguais.

REPÓRTER - Aqueles que buscarem fazer o mal justiça neles. Sr. Ministro Edson Vidigal, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, mais uma vez muito obrigado por sua presença; obrigado à sua Assessoria, que é sempre muito atenciosa, e sucesso na sua jornada que não é fácil. Muito obrigado.

MINISTRO EDSON VIDIGAL - Obrigado José, obrigado Tyron.

REPÓRTER - Bom dia pra você e até amanhã.